

O RESGATE DA IDENTIDADE CABOCLA NO TERRITÓRIO DA GUERRA DO CONTESTADO COMO UMA ESTRATÉGIA DE MICROEMANCIPAÇÃO

The rescue of "cabocla" identity in the territory of the Contested War as a strategy of micro-emancipation

El rescate de la identidad "cabocla" en el territorio de La Guerra del Contestado como estrategia de micro emancipación

Sergio Ricardo Vitiello¹
Amanda Keren Frois²

Recebido em: dezembro de 2018

Aceito e publicado em: dezembro de 2019

Resumo: Apresentamos uma análise, a partir da Teoria do Território e da Teoria Crítica, da luta histórica do povo caboclo remanescente da Guerra do Contestado para reaver a sua identidade perdida, manchada pela imprensa e pelos políticos influenciados pelo interesse do capital, que subjuga as minorias para legitimar sua expropriação e exploração. A partir da Teoria do Território identificamos que o povo caboclo que vivia por gerações na região disputada pelos estados do Paraná e de Santa Catarina, no início do século XX, foi submetido a um processo de desterritorialização imposto pelo capital internacional e reforçado pelo poder local dos "coronéis". Este povo viu sua existência ameaçada quando foi expulso de forma ilegal e imoral de suas terras, sendo este um dos motivos que desencadearam a sangrenta guerra que se estendeu por quatro anos. A análise a partir da Teoria Crítica nos permite inferir que o povo caboclo discriminado desde a guerra – posto que tachados de rebeldes, fanáticos, facínoras, assassinos, desordeiros, etc. – vem paulatinamente, através da valorização de seu costume e da sua cultura, se distanciando desta imagem, criada injustamente para legitimar seu extermínio, e assim, conseguindo conquistar sua microemancipação.

Palavras-chave: Povo caboclo; Teoria Crítica; Desterritorialização.

Abstract: *We present an analysis, through the Territory Theory and the Critical Theory, of the historical struggle of the remnant caboclo people of the Contested War to regain their lost identity, tarnished by the press and politicians influenced by the interest of capital, which subjugates minorities to legitimize its expropriation and exploitation. From the Territory Theory, we identified that the caboclo people who lived for generations in the region disputed by the states of Paraná and Santa Catarina, in the early twentieth century, was subjected to a process of deterritorialization imposed by international capital and reinforced by the local power of the states "colonels". These*

¹ Discente do Programa de Pós-graduação em Administração PPGA-UEL. Bacharel em Geografia pela UEL.

² Discente do Programa de Pós-graduação em Administração PPGA-UEL. Bacharel em Administração pela UEL.

people saw their existence threatened when they were illegal and immorally expelled from their lands, which is one of the reasons that triggered the bloody war that lasted for four years. The analysis from the Critical Theory allows us to infer that the caboclo people discriminated since the war - they were labeled as rebels, fanatics, thugs, assassins, rioters, etc. - comes gradually, through the valorization of its moral and its culture, distancing itself from this image, created unfairly to legitimize its extermination, and thus, achieving its micro-emancipation.

Keywords: *caboclo people; Critical Theory; Deterritorialization.*

Resumen: *Presentamos una análisis, desde la Teoría del Territorio y la Teoría Crítica, de la lucha histórica del pueblo remanente de Caboclo de la Guerra disputada para recuperar su identidad perdida, empañada por la prensa y los políticos influenciados por el interés del capital, que subyuga a las minorías a legitimar su expropiación y explotación. A partir de la Teoría del Territorio, identificamos que los caboclos que vivieron durante generaciones en la región disputada por los estados de Paraná y Santa Catarina, a principios del siglo XX, fueron sometidos a un proceso de desterritorialización impuesto por el capital internacional y reforzado por el poder local de los "coroneles". Estas personas vieron amenazada su existencia cuando fueron expulsadas ilegal e inhumana de sus tierras, que es una de las razones que desencadenaron la guerra sangrienta que duró cuatro años. El análisis de la teoría crítica nos permite inferir que el pueblo caboclo desglosado desde la guerra, etiquetados como rebeldes, fanáticos, matones, asesinos, alborotadores, etc. - viene gradualmente, a través de la valorización de su costumbre y su cultura, alejándose de esta imagen, creada injustamente para legitimar su exterminio y, por lo tanto, logrando su micro-emancipación.*

Palabras clave: *población cabocla; Teoría crítica; Desterritorialización.*

INTRODUÇÃO

A Guerra do Contestado, que ocorreu entre os anos de 1912 a 1916, deixou marcas profundas no território e na vida das pessoas que viviam a região do Contestado, sendo caracterizada por estudiosos sobre o tema, como o conflito armado mais violento do Brasil no século XX. Estimativas oficiais admitem que foram mortos, em ambos os lados da disputa, em torno de dez mil pessoas. Contudo, este número é aparentemente bem maior, pois alguns estudos realizados, principalmente a partir da década de 1970, atestam que mais de vinte mil pessoas tombaram no território contestado (FRAGA, 2016).

A guerra eclodiu por uma reunião de fatores e situações, entre os quais se destacaram: disputa territorial entre os estados de Santa Catarina e Paraná; a expropriação de posseiros que habitavam a região do Contestado pela República do Brasil; o desemprego massivo de operários que trabalharam na construção da ferrovia Rio Grande do Sul – São Paulo e o messianismo como modo de vida espiritual e comunitário, com críticas à forma tradicional e material de viver imposta pelo capitalismo. Compunha, majoritariamente, a frente de oposição à República os caboclos – povo que habitava a região do Contestado há algumas gerações – e os trabalhadores desempregados da ferrovia Rio Grande do Sul – São Paulo (AURAS, 1984).

O resgate da identidade cabocla no território da Guerra do Contestado como uma estratégia de microemancipação

Dado o seu caráter de disputa regional e isolado, a propaganda oficial do governo federal à época procurou deslegitimar o movimento por meio da imprensa e de discursos no Congresso Nacional, caracterizando os indivíduos da região do Contestado como bandidos, fanáticos e desordeiros (CUNHA, 2016). Esse estigma, assim como o que foi imposto sobre o índio e o escravo no Brasil, foi responsável por rebaixar a autoestima do povo caboclo que lutou na guerra e das suas gerações posteriores. Apesar da importância da guerra para reorganização do território nacional, devido aos rios da exposição de um Estado republicano que buscou favorecer interesses capitalistas e, sobretudo, das milhares de pessoas que tomaram no combate e em função dele, a história do Contestado permaneceu “esquecida” até a década de 1970, favorecendo, a partir da redemocratização do país, que estudiosos interessados pelo tema, enfim, desvendassem os mistérios e segredos ocultos deste massacre (BELTRÃO, 2016).

A busca por sua verdadeira identidade tem feito com que o povo caboclo, paulatinamente, se desvencilhe do estigma criado para desqualificá-lo e para justificar o seu massacre na Guerra do Contestado. Ações de reafirmação de âmbito cultural e econômico tem procurado ressignificar o que é ser um caboclo, por isso, nesse sentido, pretendemos no presente trabalho, a partir das Teorias de Território e da Teoria Crítica, demonstrar como este povo aos poucos vai se emancipando e rompendo com as amarras opressivas impostas pelo Estado e pelo capital em busca de sua identidade perdida na guerra. Apesar de não ser o foco principal deste artigo, não é possível analisarmos a luta emancipatória do povo caboclo sem entrarmos, ainda que de forma superficial, na história do Contestado, o que faremos apenas para situar o leitor temporal e espacialmente ao final do século XIX e início do século XX no território contestado, entre os estados do Paraná e de Santa Catarina.

Para tanto dividiremos este artigo em cinco tópicos: demonstraremos inicialmente como era ocupado o território do Contestado no início do século XX e a dinâmica socioeconômica vigente; depois, abordaremos a metodologia utilizada no trabalho; então, apresentaremos uma reflexão sobre o conflito no uso do território pelo caboclo; no quarto tópico, faremos a análise considerando os conceitos de emancipação e microemancipação da Teoria Crítica, para ao final encerrarmos com as considerações finais.

As dinâmicas territorial e do capital antes e durante a guerra na região contestada

Auras (1984) afirma que a ordem econômico-político-social na região do Contestado era pautada na criação de gado, na coleta da erva-mate e no poder dos “coronéis”. Com amplas pastagens e servindo de entreposto para o comércio nas feiras de São Paulo, a atividade pastoril

era necessária e praticada pelos grandes fazendeiros. O gado era criado solto nos campos e eram assistidos pelos agregados das grandes fazendas, cujas tarefas consistiam em arrebanhá-los, dar-lhes sal e marcá-los, ou seja, não se dispndiam muitos cuidados ao animal. Esses agregados não tinham muita opção de ascensão econômico-social. Outro ator neste contexto pré-guerra era o peão, que geralmente era descendente de índio e auxiliava no trato com o gado quando se exigia mais trabalho e na coleta de erva-mate. Tantos os agregados como os peões eram homens de confiança dos “coronéis” da região “prontos para agir, nas ocasiões em que a situação exigia defesa” (AURAS, 1984, p.28). Com a crescente exploração dos ervais, as terras passaram a ser mais cobiçadas e, assim, paulatinamente as terras devolutas foram sendo adquiridas e os títulos de propriedade foram formalizados pelos governos imperial e republicano (AURAS, 1984).

Por outro lado, aos desafortunados cabia o estabelecimento em terras mais distantes e impróprias para o pastoril, mas próximas dos ervais nativos da região (AURAS, 1984). Esses espaços foram, então, ocupados há algumas gerações pelo povo caboclo – uma população miscigenada formada por índios, negros e tropeiros do Rio Grande do Sul e São Paulo, os “mamelucos” na etnia brasileira (THOMÉ, 1981) – que tinha como atividades a “exploração da erva-mate [e] dos parques produtos fornecidos pelas roças caboclas e dos alimentos encontrados naturalmente na região (mel, palmito, pinhão, caça, etc.)” (AURAS, 1984, p.30).

A partir de 1888, o governo imperial dá início ao projeto de construção da estrada de ferro para ligar São Paulo ao Rio Grande do Sul com uma perspectiva de integração nacional, fixação de imigrantes nas terras dos estados do sul do Brasil e o abastecimento da região cafeeicultora com os produtos agropastoris sulinos. A construção da ferrovia se iniciou em 1890, sob o comando do engenheiro Teixeira Soares a partir de Santa Maria (RS), tendo como exigências o direito de exploração do serviço e a cessão gratuita de terras marginais para serem colonizadas, com o prazo de cinco anos para conclusão dos 1403 quilômetros. No mesmo ano, porém, parte da concessão foi transferida para outra empresa que assumiu o trecho entre Itararé e Cruz Alta (AURAS, 1984).

Passados quinze anos, apenas 599 quilômetros haviam sido concluídos e em 1907 assume a obra o empreendedor americano Percival Farquhar, fundador, no país, da *Brazil Railway*, empresa que ficou responsável pelo controle acionário da estrada de ferro que foi terminada em 1909. O governo federal deu em pagamento à *Brazil Railway*, além da concessão na operação e do valor por km construído, 15km de terras de cada lado da ferrovia, desconsiderando as sesmarias ou posses existentes dentro desta área (FRAGA, 2015). A ferrovia cortaria os ervais utilizados pelos caboclos na região do Contestado, iniciando a expulsão deste povo de suas terras historicamente ocupadas e se tornando o primeiro ponto de descontentamento, que mais tarde

O resgate da identidade cabocla no território da Guerra do Contestado como uma estratégia de microemancipação

deflagraria a Guerra do Contestado. Cabral (1960, p. 384) lamenta o infortúnio da expropriação que recaiu sobre este povo. “O caboclo da região, valente, embora humilde, foi ainda vítima de mais uma injustiça. Sobre o Vale do Rio do Peixe, em terras devolutas, instalara, aqui e além, o seu rancho, a sua pequena roça. Vivia rudimentarmente, esquecido no meio do mato. Lembraram-se dele, entretanto, para expulsá-lo das terras que ocupara” (CABRAL, 1960, p. 384).

A ferrovia foi planejada propositalmente com grande sinuosidade, de forma a abranger áreas de terras mais interessantes para a companhia e aumentar o máximo possível sua extensão, uma vez que a companhia recebia, também, por quilômetro construído. Cerca de oito mil trabalhadores foram recrutados para terminar a ferrovia, os quais vinham, principalmente, do Rio de Janeiro e de Pernambuco (VINHAS DE QUEIROZ, 1966). Esses trabalhadores estavam sujeitos às más condições de trabalho impostas pela *Brazil Railway*, como atrasos nos pagamentos, péssimas condições de trabalho e exigência de que os produtos consumidos por eles fossem comprados nos armazéns da companhia. Auras (1984, p. 38) afirma que “há relatos de conflitos armados entre o corpo de segurança da empresa e os trabalhadores, pela falta de pagamento dos salários e pelos desmandos dos feitores”.

Após o término da obra, a massa de trabalhadores utilizada em sua construção viu-se desempregada e os que não retornaram a seu local de origem, começaram a se juntar aos moradores locais da região e, a partir de seus próprios meios, foram obrigados a produzir seus recursos materiais de subsistência (AURAS, 1984). Fraga (2015) assinala que em 1911, a *Brazil Railway* expulsou as famílias que não possuíam títulos de propriedade dentro da faixa que lhe fora concedida, contrariando a Lei de Terras de 1850³. Ainda neste mesmo ano, visando explorar as terras concedidas, a *Brazil Railway* criou a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, com o intuito de beneficiar a madeira extraída nessas terras e exportá-la. Essa madeira era transportada de União da Vitória (PR) até São Francisco do Sul (SC), por uma estrada de ferro também construída pela *Brazil Railway*, de onde era enviada ao exterior (FRAGA, 2015).

Os caboclos do Contestado tinham algumas especificidades com relação à sua religiosidade, pois sua base era o catolicismo, tendo como padroeiro São Sebastião, entretanto havia nuances que remetia às crenças regionais, como crenças em benzimentos. Na região, entre

³ A lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, amplamente conhecida como Lei de Terras, foi o dispositivo legal que, pela primeira vez, buscou regulamentar a questão fundiária no Império do Brasil. Esse ato determinou que a única forma de acesso às terras devolutas da nação fosse através da compra ao Estado em hasta pública, garantindo, entretanto, a revalidação das antigas sesmarias, que era até então a forma de doação da terra por parte do Estado à iniciativa particular – prática existente desde os tempos coloniais – e das posses realizadas até aquele momento, desde que estas tivessem sido feitas de forma mansa e pacífica. As terras localizadas nas fronteiras seriam exceção a essa regra, permitindo-se a cessão gratuita por parte do Estado em uma área até dez léguas da fronteira. Ficava ainda estabelecido um prazo para que os proprietários – posseiros ou sesmeiros – demarcassem e registrassem suas terras, de forma que garantissem, assim, os necessários títulos de suas propriedades, sem os quais não poderiam hipotecar, vender ou alienar de qualquer outra forma (BRASIL, 2018).

meados do século XIX e início do século XX, caminharam três monges, aos quais a população local destinava verdadeira devoção e fé em suas rezas, benzimentos e remédios a partir de ervas. A origem de tais personagens é controversa, sendo o surgimento de cada um subsequente ao outro, como que fossem reencarnações de um mesmo “espírito do bem”. Os dois primeiros denominados João Maria tinham como características o fato de não permitirem que os seus fiéis os seguissem, evitando permanecer em aglomerações por muito tempo e rejeitando pousos nas casas dos moradores. Por outro lado, o último dos monges, José Maria, era mais adepto aos discursos e se sentia bem com os ajuntamentos de pessoas ao seu redor. Ele, por sinal, esteve presente no estopim da Guerra do Contestado – a batalha de Irani em 1912 –, sendo morto nesta ocasião (AURAS, 1984).

O monge José Maria realizava previsões quanto à queda do regime republicano referindo a este como a “república do diabo”, conclamando junto a seus seguidores a volta da monarquia no país. Auras (1984) refere que essa preferência do monge e dos caboclos pela monarquia, não se dava a partir de um entendimento aprofundado sobre o que seriam, de fato, ambos os regimes, mas sim em relação às mudanças negativas no modo de vida do povo caboclo com a proclamação da república, principalmente pela expropriação de suas terras, o aumento do poder dos “coronéis” e a presença do capital estrangeiro alinhados com a nova forma de Estado.

A disputa entre os estados do Paraná e de Santa Catarina influenciou sobremaneira o início da Guerra do Contestado – com a batalha de Irani em 22 de outubro de 1912 –, uma vez que o incidente principal que a desencadeou se relaciona com a suposta acusação de invasão dos “rebeldes caboclos” vindos de Santa Catarina ao interior do Paraná. Antes de se dirigirem a Irani, no dia 6 de agosto de 1912 na localidade de Taquaruçu – município de Curitiba – realizava-se a festa do Senhor Bom Jesus, com a presença do monge José Maria e de vultuosa multidão que para ali se dirigiu para participar da festa e ver o monge. Num cerimonial de coroação simbólica, que é comum em festas católicas, Manoel Alves de Assumpção Rocha foi coroado rei. O fato que causou certa preocupação no “coronel” Francisco de Albuquerque que ocupava o cargo de superintendente do município, pois havia receio de que a população aderisse ao comando de um suposto novo chefe local e seu adversário político (AURAS, 1984).

Em outra ocasião, sob pretexto de doença em um de seus familiares o “coronel” mandou chamar o monge José Maria, o qual recusou a ordem, estremecendo ainda mais a relação entre o “coronel” e os seguidores do monge (AURAS, 1984). A retaliação do “coronel” à José Maria se daria em uma carta enviada ao governador de Santa Catarina relatando que rebeldes haviam proclamado a monarquia e pedindo tropas para dissuadir o movimento. A motivação do “coronel” para tal atitude se deu a partir de uma trova de versos na qual ao final, o cantador

O resgate da identidade cabocla no território da Guerra do Contestado como uma estratégia de microemancipação

Joaquim Vidal deu um “viva a monarquia!”, com os demais espectadores respondendo, então, com muitos “vivas à monarquia!” (SOARES PINTO, 1931 apud AURAS, 1984).

O presidente Hermes da Fonseca foi informado da revolta sulina e forças federais seriam enviadas ao local. Antes disso um destacamento da polícia de Santa Catarina foi enviado para Curitiba. O monge e seus seguidores se dirigiram, então, para Irani, e no caminho, em Campos Novos, “foram procurados por um enviado do ‘coronel’ Henrique Rupp, que tinha como missão de persuadi-los a se debandarem a fim de que não houvesse derramamento de sangue” (AURAS, 1984, p. 63). Segundo Soares Pinto (1931 apud AURAS, 1984) o monge lhe disse que havia pedido para que seus companheiros voltassem às suas casas, porém estes não lhe atenderam, alegando que o monge era vítima de perseguição do “coronel” Albuquerque.

O estado do Paraná, por outro lado, sentiu-se ameaçado por tropas de Santa Catarina se movimentando justamente na região que era objeto de conflito entre os dois estados e não demorou para que a imprensa de Curitiba veiculasse a hipótese de uma tentativa de tomada a força da região pelo estado catarinense. Assim, posto que a jurisdição de Irani era reivindicada pelo município paranaense de Palmas, o governador Carlos Cavalcanti determina a partida para a localidade de um Regimento de Segurança do Estado, sob o comendo do Cel. João Gualberto de Sá Filho (AURAS, 1984).

A Guerra do Contestado se iniciou em 22 de outubro de 1912 com as tropas do Cel. João Gualberto se atracando em combate com os seguidores do monge. O resultado desta batalha foram dez mortos da força de segurança e onze caboclos, incluindo os dois líderes, além de muitos feridos em ambos os lados (MENEZES, 2014). Para os caboclos, entretanto, o monge José Maria não havia morrido e nas palavras de um dos participantes do combate ele apenas “desaparecera”, tanto que a cova em que o monge foi “deitado” não foi coberta com terra, mas com tábuas para facilitar o seu “reaparecimento”. Integravam a partir daquele momento, segundo a crença do povo caboclo, o monge e os fiéis mortos no combate o “Exército Encantado de São Sebastião” (AURAS, 1984).

A partir desta batalha e com a morte do monge José Maria, os rebeldes se dispersaram. Porém, no ano seguinte ao da morte do monge, em 1913, ocorreu um fato que mudaria e daria novo ânimo ao caboclos para reascenderem o movimento de luta armada contra a “república do diabo”: Teodora, neta de Euzébio Ferreira dos Santos, moradora de Curitiba afirmava ter visões do monge, até que em uma delas teve “ordem” para ir a Taquaruçu com sua família e levantar novo reduto. Euzébio chegou com sua família em 1º de dezembro de 1913, e a partir daí mais gente foi chegando, ocasião em que seu filho Manuel Ferreira dos Santos, o Zebinho,

“ouve” instrução de São José Maria para que preparassem os facões de guamirim e iniciassem os treinamentos de combate “para a guerra santa do povo” (MARCELLINO, 2005).

A partir deste momento sucessivas lideranças se alternaram no movimento de resistência dos caboclos, bem como várias batalhas colocariam à prova a fé deste povo no monge e no “Exército Encantado de São Sebastião”. De fato, os caboclos conseguiram impor muitos obstáculos ao avanço do exército e das forças policiais, saindo vencedores de várias batalhas travadas entre eles. Dentre os líderes do “alto escalão” dos caboclos que se sucederam ou lideraram simultaneamente após este episódio se destacaram: Manuel Ferreira dos Santos, que se mostrava não ter condições de liderar e foi substituído por Joaquim, de apenas 12 anos de idade, neto de Euzébio; Maria Rosa no reduto de Caraguatá, com 15 anos, filha de Eliazinho Miguel dos Santos; Francisco Alonso de Souza, o Chiquinho Alonso, que substituiu Maria Rosa e, por fim, Adeodato Manoel Ramos, o “Flagelo de Deus”, segundo a imprensa contrária ao movimento caboclo.

Foram criados pelos caboclos no período da guerra os seguintes redutos: Taquaruçu, Bom Sossego e Santa Maria (Vale Santo ou Vale da Morte). Nestes redutos a alimentação era farta, sendo garantida pelo gado arrebanhado em ofensivas às fazendas. O reduto de Santa Maria chegou a ter 5.000 habitantes (VINHAS DE QUEIROZ, 1966), contudo tal população foi duramente afetada e diminuída pelo tifo, com estimativas de que 20 a 30 pessoas morriam diariamente em Santa Maria vítimas desta doença (AUREAS, 1984).

A União deslocou cerca de 80% do exército nacional brasileiro, à época da guerra, para a região contestada, armados com canhões, fuzis e, pela primeira vez na história nacional, utilizando o avião para fins militares. Do outro lado, os caboclos resistiam com facões de madeira, espingardas velhas, mosquetões e revólveres (FRAGA, 2015). Após quatro anos de batalhas e, principalmente, de resiliência do povo caboclo, em 20 de outubro de 1916 foi assinado o “Acordo de Limites” pelos governadores de Santa Catarina e do Paraná, e pelo presidente da República estabelecendo os limites entre os dois estados. Adeodato, porém, o último líder dos caboclos foi preso dois meses antes, em agosto de 1916, depois de vagar meses pelos sertões do Contestado fugindo dos vaqueanos (capangas dos “coronéis”, contratados para “caçar” os caboclos) e da polícia (AUREAS, 1984).

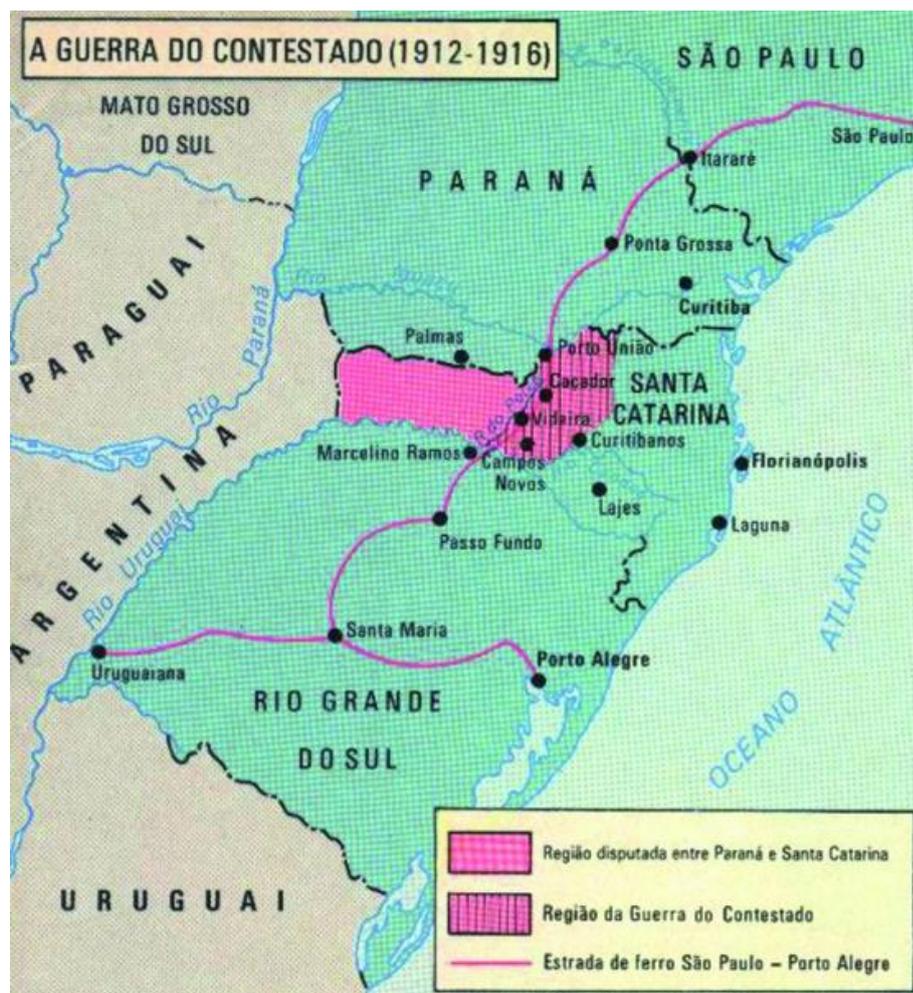
Porém, longe de selar a paz naquele território contestado, após a assinatura do acordo entre os dois estados e com o fim oficial da guerra, Fraga (2015) denuncia que no ano de 1917, com a saída da imprensa da região, começou a “limpeza” das terras que estavam sob o domínio da *Lumber* e dos “coronéis”, com a contratação de cerca de 2000 milicianos que, juntamente com aproximadamente 200 homens que faziam parte do corpo de segurança da *Lumber*, trataram de

O resgate da identidade cabocla no território da Guerra do Contestado como uma estratégia de microemancipação

expulsar e até assassinar os caboclos remanescentes que ainda permaneciam com a posse sobre aquelas terras.

O mapa 1 indica a Região do Contestado, a região de disputa entre Paraná e Santa Catarina e a estrada de ferro São Paulo – Rio Grande do Sul.

Mapa 1 – Região Metropolitana do Contestado



Fonte: CUNHA (2016).

MÉTODOS

Esse artigo foi desenvolvido a partir da disciplina denominada “Tópicos Especiais em Política Social: a lógica territorial na gestão das políticas sociais”, ministrada na Universidade Estadual de Londrina – UEL, envolvendo diversas áreas do conhecimento, entre elas Serviço Social, Geografia e Administração. O posicionamento paradigmático adotado pelos autores se enquadra no paradigma humanista radical (BURRELL; MORGAN, 1979), que advoga a

mudança radical, em uma análise comprometida com os modos de dominação, potencialidade, emancipação e privação, dando ênfase à consciência humana, a partir de uma visão subjetiva, ou seja, nominalista, antipositivista, voluntarista e ideográfica das organizações e da sociedade, considerando que a consciência do homem é dominada pelas superestruturas ideológicas com o qual ele interage (BURRELL; MORGAN, 1979).

Esse artigo foi elaborado a partir de um trabalho de campo realizado entre os dias 28 de junho e 01 julho de 2018, nos municípios de União da Vitória/PR, Porto União/SC, Matos Costa/SC, Lebon Régis/SC, Caçador/SC e Timbó Grande/SC, entre outros municípios menores da região em que se deu o conflito. A proposta do trabalho se pautou nas observações, entre outros aspectos, das narrativas e das ações que os caboclos e a administração pública, dos municípios pertencentes ao Vale do Contestado, têm realizado, em busca da ressignificação de sua cultura e identidade.

Após o campo, as nossas reflexões se pautaram na discussão de território na perspectiva das relações de poder trabalhado pela Geografia, e na teoria da emancipação e microemancipação discutidas pela Teoria Crítica – teoria de domínio das Ciências Sociais, entre elas, a Administração.

Há diferentes perspectivas na abordagem do território: Ratzel, por exemplo, aborda o território numa perspectiva desenvolvimentista do estado em busca de mais áreas para seu desenvolvimento, numa visão darwinista de evolução similar à Biologia; Raffestin entende o território pautado em relações de trabalho, o qual se regula pelas relações de poder (ITABORAHY, 2010). Nesse sentido, a perspectiva de território defendida por Santos (2000a; 2000b) e Santos e Silveira (2001) nos parece a mais adequada para o entendimento do processo de territorialização e posterior desterritorialização que ocorreu na região do Contestado com relação ao povo caboclo, expulso de suas terras pelas forças nacionais pautadas no poder político-econômico-militar. Os autores tratam da questão territorial a partir da lógica das relações de poder no Estado capitalista, incluindo na discussão a ótica do “território usado” e “território vivido”, sendo o primeiro usado a partir da lógica capitalista, em que as relações de poder estabelecem quem são os que mandam e quem são os subordinados dentro do território, e o segundo, na perspectiva das relações de vida que ocorrem no território: trocas, sentimento de pertencimento, relações de trabalho, ligações afetivas, entre outras.

Para a análise a partir da Teoria Crítica, nos pautaremos principalmente nas contribuições de Willmott (2011), Alvesson e Willmott (1992) e Adler; Forbes e Willmott (2007) que estudam esta teoria nas organizações. Os autores pregam a libertação dos indivíduos de tradições, ideologias, suposições, relação de poder que são restritivas e desnecessárias e que impedem a

O resgate da identidade cabocla no território da Guerra do Contestado como uma estratégia de microemancipação

formação da autonomia, esclarecimento sobre as verdadeiras necessidades e desejos e, assim, provocando no ser humano uma duradoura satisfação (FAY, 1987). Neste sentido advogam que o ser humano deve sair do processo de alienação em que se encontra e partir em direção a sua emancipação. Porém, um processo de emancipação raramente é possível dentro do sistema capitalista. Por isso, eles apresentam, e nós utilizamos aqui, o conceito de microemancipação como uma alternativa mais eficaz para libertar o homem das amarras capitalistas, dado a seu caráter menos agressivo do ponto de vista da ruptura estrutural. Os autores destacam que a microemancipação se realiza através de brechas deixadas pelo controle e que através dela é possível que os trabalhadores alcancem, de forma limitada, algum poder de agência sobre a estrutura (ALVESSON; WILLMOTT, 1992).

O conflito pelo uso do território (do) Contestado

A partir das contribuições de Santos (2000a; 2000b) e de Santos e Silveira (2001), procuramos demonstrar a territorialidade do povo caboclo pertencente à Região do Contestado e os conflitos que envolveram a disputa por este território a partir das relações de poder entre o nível nacional – aliado aos interesses do capital internacional – e o poder de resistência, de nível local, o qual inserido neste território lutou para nele permanecer com as armas e estratégias possíveis de um povo discriminado, que traz consigo as raízes da escravidão e da luta indígena contra o colonizador europeu.

No período em que se deflagrou a Guerra do Contestado (1912 a 1916) já se faz presente o meio técnico, no qual há um início de industrialização e da integração nacional por meio, principalmente, de ferrovias que ligam zonas produtoras aos portos. Santos e Silveira (2001) salientam que este período se situa entre o começo do século XX e a década de 1940, quando há uma formação de redes de cidades e de um mercado territorial localizado no Centro-Sul do país com hegemonia de São Paulo. Os portos cumpriam o papel de escoamento da produção ao exterior.

O estopim da Guerra do Contestado se dá neste contexto elencado por Santos e Silveira (2001), em um momento em que o governo nacional – na transição entre o Império e a República – se aliava ao capital estrangeiro em busca do progresso estritamente econômico, pelo povoamento e interligação do território nacional, sobrepondo-se a qualquer interesse local minoritário. Assim, o capitalismo incorporado pelo governo brasileiro defende que populações remanescentes de quilombos, como é o caso do povo caboclo, representam um obstáculo ao

“desenvolvimento e progresso do país” e como tal devem ser removidos a qualquer custo (FRAGA, 2015).

A noção de território para Santos é pautada no materialismo histórico e dialético defendido por Marx, o qual faz sentido enquanto presente o caráter de utilização econômica perpassando por diferentes formas de uso ao longo do tempo, numa perspectiva de mudanças históricas. Neste sentido, Santos defende que: “O território em si, para mim, não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir de seu uso, a partir do momento em que pensamos junto com aqueles atores que dele utilizam” (SANTOS, 2000b, p. 22)

Em outra obra, o autor amplia a concepção de uso do território, trazendo também a noção de pertencimento que os indivíduos que nele habitam, sentem em relação àquele “pedaço de chão”:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, a residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se está falando em território, deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população (SANTOS, 2000a, p. 96-97).

A noção de uso do território e o sentimento de pertencimento a ele discorrido por Santos (2000a) reflete a perspectiva cabocla enquanto povo enraizado e oriundo do e no território contestado. A luta do povo caboclo foi justamente no sentido de preservar este território para si e seus descendentes. Nesse sentido, estão presentes os sentimentos de afinidade e afetividade deste povo com a região do Contestado, pois o modo de vida, os costumes, a comida, a cultura, as trocas, se fazem presentes e são únicas deste território.

O cerne da questão que desencadeou a Guerra do Contestado se refere ao uso do território. O povo caboclo utilizava-se dele numa perspectiva econômica de subsistência, ou seja, plantava e criava animais para seu próprio consumo: para eles o território era vivido. Contudo, a região era vista como potencial produtora de madeira extraída através do plantio de pinheiros, o que atraiu a atenção de empresários americanos. “Assim que foi criada, a Lumber tratou de comprar 180 mil hectares ao sul dos rios Negro e Iguaçu, próximos de Canoinhas. Estabeleceu uma série de contratos com diversos fazendeiros, por meio dos quais estes cediam à empresa os pinheiros e as madeiras de lei que haviam em suas terras” (FRAGA, 2015, p. 126).

Assim, o interesse do capital internacional apoiado pelo governo nacional se chocou com o interesse local, orientando para uma nova utilização do território a partir da lógica capitalista, na

O resgate da identidade cabocla no território da Guerra do Contestado como uma estratégia de microemancipação

qual os posseiros que viviam na região são expulsos através do uso de forças paramilitares pelos empresários da madeira, iniciando o que se tornaria uma guerra com duração de longos quatro anos.

Fortemente armado, o grupo vasculhou os pinheirais da empresa para expulsar e até matar. De ambos os lados pessoas morreram, outras sobreviveram, mas isso era apenas o começo do que ainda estava para surgir. A posse da terra perdida e o pinheiro roubado desesperavam milhares de caboclos que não tinham para onde se dirigir, pessoas sem um lugar para morar e algo para sustentar. Foram as primeiras faíscas de um incêndio que duraria quatro anos (...) (FRAGA, 2015, p.127).

A microemancipação do povo cabloco por meio do resgate de uma identidade tanto tempo contestada

Nas ciências, têm-se a ideia de que a prática vem como uma aplicação da teoria, ou ainda, de que há uma distância entre teorizar e praticar. Além dessa distância, é comum a diferenciação entre como as coisas são e como elas deveriam ser e, de acordo com esse pensamento, a prática surge como os ideais que orientam a ação. Nesse sentido, nas ciências tradicionais, a teoria e a prática estariam separadas pelas dimensões do conhecer e do agir. Porém, a Teoria Crítica compreende que a teoria e a prática não são dissociáveis, pela compreensão de que não é possível mostrar como as coisas são, senão a partir da perspectiva de como elas devem ser. A partir disso, a Teoria Crítica assume por princípio, a orientação para a possibilidade real de emancipação do homem a partir de uma prática transformadora das relações sociais vigentes e de uma teoria que analise o funcionamento das coisas a luz dessa emancipação, que é possível, porém bloqueada pelo capitalismo (NOBRE, 2014).

Para a Teoria Crítica, a emancipação descreve o processo em que os indivíduos e grupos se tornam livres de condições ideológicas e sociais repressivas, principalmente as que impõem restrições socialmente desnecessárias para o desenvolvimento e a articulação da consciência humana (ALVESSON; WILLMOTT, 1992). É importante diferenciar esse conceito do conceito marxista, que a define como a libertação do jugo da classe dominante, de qualquer exploração e opressão, de quaisquer distinções de classes e lutas de classes de toda a sociedade (MARX; ENGELS, 1997). Nessa visão crítica a emancipação, como proposta por Marx, acaba por assumir um caráter incerto, contraditório, ambíguo e precário (ALVESSON; WILLMOTT, 1992), pois pode se dar para além da questão econômica e da luta de classes, atingindo todo ser humano que esteja se sentindo frustrado, oprimido e confuso pelas contradições, prioridades perversas e efeitos da sociedade moderna capitalista (WILLMOTT, 2011). Porém, a emancipação é vista

como um processo muito amplo, que deveria ser integrado por toda a sociedade e, assim, torna-se quase impossível de ocorrer sem uma grande mobilização.

Por isso, os teóricos críticos posteriores trouxeram o conceito de microemancipação: aquela que, se aproveitando das brechas no controle gerencial e organizacional surgidas das contradições da reprodução da ideologia vigente, se contrapõe à dominação por meio da resistência em busca da liberdade da consciência humana (ALVESSON; WILLMOTT, 1992). Para Alvesson e Willmott “alguns graus de emancipação, ainda que circunscrita e contraditória, confirmando que uma expansão da autonomia [comportamental] é possível sem degenerar em anarquia”.

Na região do Contestado, há pessoas que há algum tempo não conheciam a história de seu povo, por isso não tinham orgulho de sua origem, pois o fim da guerra, contado na história oficial, colocou seus antepassados como facínoras, perturbadores da ordem nacional e assassinos. A guerra, para eles, significava vergonha, opinião motivada por diversas violências à memória, principalmente do Estado. Essa região, envergonhada, foi esquecida pelo poder estadual e federal desde então, consolidando-a como a região mais pobre do estado de Santa Catarina. As consequências da guerra foram confirmadas em várias situações: pobreza, fome, inacessibilidade à saúde, à assistência social e à educação.

Porém, o recente resgate histórico da guerra do Contestado trouxe ao seu povo um reencontro com sua essência: a de povo caboclo. O sentimento de pertencimento ao seu povo e ao seu território, a paz com sua consciência, com seus modos de viver, sua cultura de luta e resistência a esta “república do diabo” que, vendida ao capital estrangeiro expropriou suas terras e esqueceu seus nomes, foram resgatados. Esse processo de microemancipação – não econômica, mas histórico-cultural – trouxe a eles o esclarecimento necessário para quebrar os grilhões que os prendiam ao passado, rumo a um futuro sonhado e esperado: uma revolução silenciosa.

Na concepção de microemancipação, mesmo em meio à cultura opressora, é possível expandir, dentro de limites, a autonomia e a responsabilidade por meio do esclarecimento e, ao usá-lo, torna-se possível evoluir, enquanto ser humano. O esclarecimento implica na alteração da racionalidade que dirige a sociedade: ir da racionalidade instrumental (comum a todos os homens no capitalismo – o mundo administrado, em que o controle social é tão sofisticado que as massas são completamente excluídas – que os inseriu em um sistema social que bloqueou suas capacidades de emancipação, transformando-os em seres alienados, parte de um sistema que não conhecem e não se adaptam) para a racionalidade comunicativa, que orientada para a comunicação, por meio do poder do entendimento e do consenso, garante a reprodução simbólica da sociedade (ADORNO; HORKHEIMER, 1947).

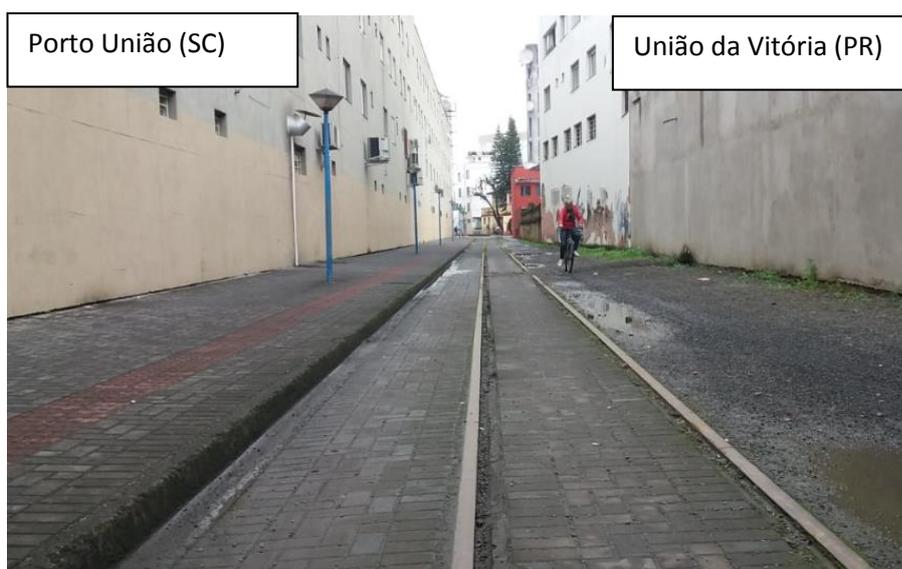
O resgate da identidade cabocla no território da Guerra do Contestado como uma estratégia de microemancipação

Em nosso trabalho de campo, observamos, na chegada em União da (PR) e Porto União (SC) que os dois municípios possuem seus limites – intermunicipais e interestaduais – demarcados dentro da área urbana, por um obelisco que, à época, seguiu os padrões internacionais de separação de divisas, para não dar margem a manifestações contrárias à esta demarcação. Nesse território, em que as pessoas vivem e cruzam as divisas em seu dia-a-dia, a guerra é negada por um dos lados (o paranaense).

Ao redor da divisa, do lado catarinense, há uma praça comemorando os cem anos do fim da Guerra: a Praça do Contestado, enquanto no lado paranaense, praticamente não há referência à guerra. Esse fato exemplifica os interesses cognitivos habermasianos, à medida que o estado paranaense pode ser compreendido como um agente que não busca, nem por meios técnicos nem por meios práticos, seus interesses emancipatórios, e nisso, o território pode ser compreendido como a prova, pois o conhecimento histórico e cultural, enquanto significado pelos catarinenses como o conhecimento da própria essência cabocla, é abandonado pelos paranaenses, que ainda buscam, por meio do e forçados pelo capital, o esquecimento de seu passado.

A imagem a seguir representa essas relações, ao mostrar que, ao lado paranaense do marco divisório que leva a uma praça comemorativa dos 100 anos do Contestado – praticamente inteira em Porto União – , não há nem asfalto, enquanto o lado catarinense está cuidado, com iluminação e calçada até chegar à praça.

Figura 1 – Divisa entre Porto União (SC) – União da Vitória (PR)



Fonte: os autores (2018).

A Teoria Crítica ainda advoga pela possibilidade de superação da condição histórica, rompendo com os ideais marxistas, principalmente referentes ao jovem Marx. Para Marx, a ação humana era determinada pelo contexto histórico (ADLER, 2008). Isso significa que o indivíduo é um ser determinado pela estrutura social e pela infraestrutura (forças e relações de produção), enquanto a atitude humana viria da coerção do sistema socioeconômico e da inserção no contexto histórico (infraestrutura), em que um poder, que escapa aos indivíduos, rege suas vidas. Isso resulta na formação da consciência do ser humano, que tem suas bases e seus valores determinados pela sua existência e pelas suas relações materiais (ÁVILA; HERRLEIN JR., 2013).

A Teoria Crítica rompe com essa ideia por meio da possibilidade de autonomia, à maneira do iluminismo. Diferentemente do conceito distorcido pela sociedade capitalista para o sentido de individualismo, os teóricos críticos desafiam essas formas de conhecimento e prática que servem para sustentar apenas uma ilusão de autonomia, por meio da substituição da ilusão de uma estrutura de relações sociais em que a "autonomia" adquire o disfarce de individualismo por uma visão de que a autonomia não representa o ideal do individualismo alienado, autossuficiente, cuja ideologia espontânea é do mercado (WILLMOTT, 2011; ALVESSON; WILLMOTT, 1992). A autonomia se torna uma realidade prática a partir do esclarecimento, como uma condição de atingir a maioria kantiana (SILVA, 2007). Relacionamos como exemplos da superação da condição histórica por meio da busca pela autonomia os municípios de Matos Costa e Lebon Régis, em Santa Catarina.

Matos Costa é um município onde a guerra deixou um rastro de exploração e pobreza. Matos Costa foi um capitão que rompeu com o exército brasileiro ao perceber que vencer a guerra, para os caboclos, representava sua sobrevivência em seu modo de vida. Foi morto e eternizado no nome do município em que Jozette Dambrowski criou um museu resgatando a sua história. Seu olhar para o passado chamou a atenção do poder público que, buscando condições melhores para seus indivíduos, em um local completamente agrário, sem indústrias e mão-de-obra qualificada, começou a buscar no turismo a chance de contar a história esquecida e trazer renda para sua população, conforme disse o prefeito Raul Ribas Neto, ao contar um pouco da história, dos indicadores educacionais e econômicos do município e sua transformação durante sua gestão.

Em Lebon Régis, após uma conversa com a secretária de Assistência Social do município, fomos à casa do Sr. Roni, que nos recebeu para um almoço tipicamente caboclo: o porco caipira com feijão preto e farofa de pinhão. Lá percebemos que a autonomia se expressava por meio da afirmação, tanto nas narrativas quanto nos comportamentos, de que ser caboclo é resistir à lógica do capital por meio do repartir do alimento remetendo ideologia do monge João Maria: “Quem

O resgate da identidade cabocla no território da Guerra do Contestado como uma estratégia de microemancipação

tem, mói. Quem não tem, mói também e no fim todos ficam iguais” (ABI-RAMIA, 2016). A reconciliação com as origens também representou uma microemancipação em relação à menoridade (kantiana). Nesse município, a possibilidade de superação da condição histórica se manifesta por meio do trabalho – não necessariamente do acúmulo de capital. A autonomia – pelo menos para a maioria da população, descendentes e caboclos – não é atingida pelos meios econômicos, porém, conforme o exemplo do Sr. Roni, no espírito daqueles caboclos há uma faísca de autonomia que assegura a eles a possibilidade de existir ainda que oprimidos (ADORNO; HORKHEIMER, 1947).

A Teoria Crítica, como já se deu a entender nesse artigo, difere-se da teoria tradicional. Em Timbó Grande (SC), o último reduto da Guerra do Contestado, conhecemos o Vale Santo (Santa Maria), o local em que os caboclos restantes foram dizimados pelo exército brasileiro, que o chamaram de Vale da Morte.

Aqui se pode notar as diferenças entre os pressupostos da teoria tradicional e os pressupostos da Teoria Crítica, quando se relaciona o *modus operandi* de gestão do exército à teoria tradicional e a organização cabocla com a Teoria Crítica. A teoria tradicional, de cunho positivista, foi assim considerada por Horkheimer por: perder seu sentido crítico com o tempo; possuir uma pretensa neutralidade da descrição; ser parcial e utilitarista, enxergando a divisão de classes como um fenômeno natural, justificando o que já está posto e possuir meios de produção pautados no capitalismo; impor separação entre indivíduo e sociedade; impor separação entre ação humana e realidade (CARNAÚBA, 2010; NOBRE, 2014). A Teoria Crítica, por sua vez, busca dar à teoria tradicional a consciência de seu limite, reconhece que saber e agir são distintos, mas podem ser pensados juntos pois a ação humana produz a realidade social, não considera a própria consciência sob a tutela do processo de racionalização mecânica e considera além do conhecimento, a realidade das condições sociais capitalistas, visto que o comportamento crítico se orienta para a emancipação (CARNAÚBA, 2010; NOBRE, 2014).

Enquanto a história oral dos caboclos conta que o exército, como uma organização racional-legal, agia com base em controle e disciplina, os caboclos, buscavam se organizar a partir da comunicação e dos princípios de solidariedade que aprenderam com os indígenas; essa inclusive é uma permissão que a teoria tradicional não oferece: nela, o conhecimento é criado e promovido apenas entre a elite pensante. As culturas alternativas não são dignas de atenção. Outros valores são consequências desses pressupostos nas organizações sociais. Ouvimos, por exemplo, que foram os caboclos que ensinaram ao exército como se sustentar com o pinhão, fruto típico das araucárias: eles ensinaram a sapecada para a sobrevivência dos que estavam ali para os matar – os caboclos não matavam mulheres e crianças, enquanto o exército não fazia

distinção entre a guerra e o morticínio. Esses princípios, que extrapolavam a lógica da guerra são frutos da racionalidade, que não é instrumental, dos caboclos.

Assim, quando pensamos que os caboclos, após a destruição de suas vidas e de seu território após a guerra, precisaram de quase cem anos para reaver sua memória com dignidade e seus direitos básicos de vida, educação, saúde e história, a partir do próprio resgate de sua autoestima enquanto cidadãos de municípios abandonados por tanto tempo, perguntamo-nos se uma alma que tem sua história negada e sua dignidade contestada pode ser livre? Sem emancipação – ou microemancipação – com certeza não. Enquanto seres controlados, pela questão econômica como Marx dizia, pela questão cultural, por um Estado que olha e acusa um povo por vir de onde veio, a emancipação só vem a partir da resistência. Mas essa resistência, a partir da retomada da Teoria Crítica, não é mais apenas a que leva à revolução ou à emancipação global. Para pessoas como o seu Valdecir, o JB, a Jozette, o Roni, o Valente e a Mery, da região do Contestado, o conhecimento de sua história os emancipou. A liberdade de ter orgulho de ser quem é, de cantar músicas entoando a história daqueles que a mídia chamou de assassinos, mas que eles sabem: eram lutadores que batalharam pelo direito de uma terra comum em que tudo era dividido. A liberdade da mente, que Marx jamais consideraria emancipação, agora pode ser vista assim, pois a Teoria Crítica contempla essa possibilidade. A emancipação histórico-cultural desse povo também alterou o rumo dos acontecimentos. As consequências desse efeito, saberemos daqui outros anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo teve por objetivo demonstrar como a busca pela identidade cabocla reflete a tentativa de emancipação das amarras opressivas do Estado e do capital na consolidação da história da Guerra do Contestado, a partir de uma análise vinda da Teoria do Território e da Teoria Crítica.

Com relação ao território, o povo caboclo vivia na região do Contestado e estava ali territorializado, a partir do que Milton Santos denominava território vivido. Com a expansão do capital americano nas terras brasileiras, esse território passou a ser uma arena de disputa que culminou na Guerra do Contestado. Quando a lógica capitalista pretendeu se utilizar desse território no contexto de território usado, ou seja, para fins capitalistas, principalmente por meio da exploração da indústria da madeira, ocorreu a desterritorialização dos caboclos. Essa desterritorialização foi uma das heranças dessa Guerra, que também colocou os caboclos e seus descendentes em um contexto de isolamento social, econômico e político.

O resgate da identidade cabocla no território da Guerra do Contestado como uma estratégia de microemancipação

Assim, a Teoria Crítica foi utilizada como base para uma reflexão das heranças deixadas pela guerra, bem como das ações e narrativas que se instalaram na região com a tentativa de ressignificação do passado e da história dos caboclos, tanto com a iniciativa pública quanto acadêmica. A microemancipação se manifesta nessas tentativas: na luta contra a exploração ambiental, contra a destruição dos monumentos caboclos, no repartir do pão, na construção de museus para o resgate histórico da versão não-oficial e dignificadora deste povo. A Teoria Crítica, enquanto teoria unida à prática, enquanto estudo do que é com base no que pode ser, encaixa-se perfeitamente a esse povo, que hoje, sabendo quem foi, olha para o horizonte do que poderá ser e age, consciente do que é. Acreditamos que aproximar essa teoria do campo das ciências sociais com os estudos da Geografia, especificamente, estudos do território, é relevante e contribuirá para futuros debates e reflexões sobre o tema.

Cabe ainda pontuar que a despeito da Guerra do Contestado ter se passado há mais de um século, a denúncia que este evento nos traz neste início de século XXI é ainda pertinente, uma vez que a República do Brasil não conseguiu, ainda, romper com as amarras opressoras de uma elite atrasada e arrogante que é capaz de subverter instituições para atingir o seu ideal econômico à custa da exploração do mais fraco. Neste sentido trazer a discussão em torno da emancipação do povo caboclo nos revigora para questionar a atual estrutura político-econômica presente neste país, a qual por meio do discurso do crescimento econômico avança sobre todas as conquistas sociais e ambientais implementadas após a queda do regime ditatorial.

Inspiremo-nos neste povo caboclo que lutou contra a opressão e se fez grande ao enfrentar em pé de desigualdade essa “república do diabo”, conseguindo plantar uma semente para, quem sabe, a necessária emancipação do povo brasileiro!

REFERÊNCIAS

ABI-RAMIA, J. A **Guerra do Contestado**. 2016. Disponível em: <http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/artigos/11064-a-guerra-do-contestado>. Acesso em: 12 ago. 2019.

ADLER, P. S. Marx and organization studies today. In: _____. **The Oxford handbook of sociology and organization studies**. Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 62-91.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**. Berlim, 1947.

ALVESSON, M.; WILLMOTT, H. On the idea of emancipation in management and organization studies. **Academy of Management Review**, v. 17, n. 3, p. 432-464, 1992.

AURAS, M. **A Guerra do Contestado**: a organização da irmandade cabocla. Florianópolis: Cortez, 1984.

ÁVILA, R. I.; HERRLEIN JR, R. Determinismo e não determinismo em Marx. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 323-348, dez. 2013.

BELTRÃO, T. Há 100 anos, o fim da sangrenta Guerra do Contestado. 01 jul. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/07/01/ha-100-anos-o-fim-da-sangrenta-guerra-do-contestado>. Acesso em: 06 ago. 2019.

BRASIL. **Lei de Terras**. 11 nov. 2016. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/279-lei-de-terras>. Acesso em: 06 ago. 2019.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**: elements of the sociology of corporate life. Hants: Ashgate, 1979.

CUNHA, C. **Especial**: 100 anos do Fim da Guerra do Contestado. Disponível em: https://medium.com/@_Contestado/especial-100-anos-do-fim-da-guerra-do-contestado-9f1e0c2fec97. Acesso em: 09 ago. 2019.

FAY, B. **Critical Social Science**: Liberation and its Limits. Cornell University Press, Ithica, NY, 1987.

FNEM BRASIL. **Região Metropolitana do Contestado (SC)**. 2018. Disponível em: <http://fnembrasil.org/regiao-metropolitana-do-contestado-sc/>. Acesso em: 12 ago. 2018.

FRAGA, N. C. A Guerra do Contestado e a negação oficial da história. [Entrevista concedida a APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná]. **Seminário: o centenário de encerramento da Guerra do Contestado**. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/a-guerra-do-contestado-e-a-negacao-oficial-da-historia/>. Acesso em: 09 ago. 2019.

FRAGA, N. C. **Vale da Morte**: o Contestado visto e sentido. 2. ed. Blumenau: Hemisfério Sul, 2015.

ITABORAHY, N. Z. A geografia, o conceito do território e os processos de territorialização das comunidades quilombolas: primeiras aproximações. In: Encontro Nacional dos Geógrafos, 2010, Porto Alegre. **Anais do XVI Encontro de Geógrafos Brasileiros**. Porto Alegre, Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB, 2010. Disponível em: <http://www.ufjf.br/nugea/files/2010/09/A-Geografia-o-conceito-do-territ%C3%B3rio-e-os-processos-de-territorializa%C3%A7%C3%A3o-das-comunidades-quilombolas.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

MARCELLINO, W. **A Guerra Camponesa do Contestado**. Curitiba: Quem de Direito, 2005.

MENEZES, C. V. B. de. A batalha do Irani: construções de lembranças. **História em Revista**. Pelotas, v. 20, n. 20, p. 25-36, dez. 2014.

NOBRE, M. **A Teoria Crítica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência global. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000b.

O resgate da identidade cabocla no território da Guerra do Contestado como uma estratégia de microemancipação

SANTOS, M. **Território e sociedade:** entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000a.

SANTOS, M.; SILVEIRA, L. S. A questão: o uso do território. In_____. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 36-37.

SILVA, Vital Ataíde da. **Adorno e Horkheimer:** a Teoria Crítica como objeto de emancipação. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Programa de Pós-Graduação do Departamento de Filosofia. Universidade Federal da Bahia: Salvador-BA, 2007.

THOMÉ, N. Civilizações primitivas do Contestado. IUL: Caçador, 1981.

VALENTINI, D. J. **Atividades da Brazil Railway Company no sul do Brasil:** a instalação da Lumber e a guerra na região do Contestado (1906-1916). 2009. 301 fls. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas PUCRS, Porto Alegre, 2009.

VINHAS DE QUEIROZ, M. **Messianismo e conflito social:** a guerra sertaneja do contestado: 1912-1916. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

WILLMOTT, H. Organizational theory as a critical science. In.: TSOUKAS, H.; KNUDSEN, C. **The Oxford handbook of organizational theory:** meta-theoretical perspectives. Oxford: Oxford University Press, 2011, 88-112.